

NOTÍCIAS AFRICANAS

39

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

29.11 A 5.12.93

ANGOLA

Aumenta a pressão internacional pelas negociações

Os entraves impostos pelo governo angolano ao reinício das negociações – decorrentes, por um lado, de um dimensionamento exagerado quanto ao seu prestígio internacional e, por outro, do fato de apoiar-se na idéia de reconquista militar de alguns territórios estratégicos – foram superados após os inúmeros avisos emitidos pelo representante da ONU, Alioune Beye, bem como pelo governo norte-americano de que não se deveria abortar mais uma tentativa de paz.

Esse cenário impulsionou o governo e a Unita a deslocarem suas delegações até Lusaca. Da parte da Unita, que enviou negociadores importantes, como o vice-presidente do partido, Antonio Dembo, e o chefe das Forças Armadas, Arlindo Pena “Ben-Ben”, essa ocasião foi encarada como uma ótima oportunidade para contrabalançar a opinião daqueles que acompanham o processo angolano e apontam o movimento de Savimbi como não cumpridor de suas promessas. Até porque, por mais difícil que sejam as resoluções de embargo decretadas pela ONU, uma nova leva de tais medidas poderia trazer obstáculos mais sérios ao movimento do galo negro.

O governo, talvez para explicar que está sendo empurrado a tal encontro e que não acredita nos pronunciamentos dos responsáveis da Unita quanto ao

desejo de restabelecimento da paz, enviou uma delegação “de pouco peso”, composta por figuras do segundo escalão que certamente não detêm poderes para avançar as negociações além, ou até mesmo próximo, do limite que fora recomendado em Luanda.

De qualquer forma, as informações que circulam quanto ao teor das conversas apontam para avanços no que se refere a um futuro cessar-fogo. Parece já ter sido superada a contradição entre a idéia do governo de retirada imediata das tropas do movimento de Savimbi dos territórios ocupados após as eleições e a argumentação defendida pela Unita de que se acorde um cessar-fogo sem condições para que se avance nas questões políticas. Segundo as afirmações de Jorge Valentim, que sofrera sérias críticas de Alioune Beye por “vazar” tal informação, o representante do secretário geral da ONU teria feito uma proposta que não fora até o momento descartada pelos opositores. De acordo com Valentim, o primeiro passo seria um cessar-fogo, seguido pela retirada dos homens da Unita das diversas regiões ocupadas desde outubro, durante 12 meses, e a incorporação dos seus principais quadros às Forças Armadas Angolanas (FAA), com acompanhamento das tropas da ONU. Paralelamente, ocor-

riam as negociações de cunho político, mais especificamente a discussão do federalismo, ou de uma relativa autonomia para os governantes da Unita na região do planalto, o que até agora não foi aceito pelo governo.

A esperança de um cessar-fogo antes do Natal, motivada pelas negociações em Lusaca, não devem exceder os limites e os propósitos de uma primeira rodada de conversações. A fraqueza da delegação do governo, associada aos últimos discursos de José Eduardo dos Santos, nos quais se destaca a descrença na sinceridade da Unita, serve como um freio ao otimismo, de certa forma irresponsável, de se tentar forçar um acordo entre opositores de longa história para aproveitar a data natalina. O exemplo do que ocorreu nas vésperas das eleições, quando as forças da Unita foram desmobilizadas e anexadas às FAA, deveria ter servido de lição aos envolvidos no processo de negociação. A guerra precisa acabar para que não se acabe com Angola, mas uma paz temporária também não é a solução. Para que isso não ocorra, a pressão internacional deve vir acompanhada de um forte apoio material, a fim de se controlar as ações a serem determinadas, o que não aconteceu da última vez.

Marcelo Bittencourt

Baixas expectativas 3

Cessar-fogo provável antes do Natal 4

‘Não há democracia em Luanda’ 4

O ‘pior’ conflito do mundo 4

Avanços e recuos 5

Tenta-se que haja paz no Natal 6

José Eduardo céptico quanto à paz 6

‘Povo de Cabo Verde não queria a independência 7-10

Entre a autonomia e a independência 11

Voto emigrante bloqueia lei eleitoral 11

África do Sul enterra o ‘apartheid’ 12

Mão firme contra extremos 13

A última sessão do velho Parlamento 14

Governo angolano e UNITA iniciaram maratona negocial em Lusaca

Baixas expectativas

PÚBLICO, 16.11.93

Jorge Heitor*

Por enquanto, representantes de Luanda e da UNITA estão só a debater a agenda e a metodologia a seguir no grande encontro de Lusaca. Mas daqui por diante tudo pode acontecer: ou chegam a um consenso e avançam para questões substanciais; ou se irritam uma vez mais e vão cada um para seu lado, como no fim de Maio em Abidjan.

Alguns destacados elementos do MPLA e da UNITA começaram ao fim da tarde de ontem, na capital da Zâmbia, a discutir a agenda proposta pela ONU para uma reunião que poderá ser crucial para a pacificação de Angola, mas que alguns cépticos encaram com a maior das desconfianças, pois há notícias de que um e outro lado continuam a armar-se.

Apesar do mutismo oficial sobre o assunto, sempre foi possível saber que a delegação do Galo Negro é muito forte, pois inclui o próprio vice-presidente do partido, general António Dembo, o secretário-geral, Eugénio Manuvakola, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Arlindo Chenda Pena, "Ben-Ben", o responsável pelas Relações Exteriores, Paulo Lukamba Gato, e o titular da

Informação, Jorge Valentim.

Luanda não enviou a Lusaca o secretário-geral do MPLA, Lopo do Nascimento, nem o primeiro-ministro Marcolino Moço nem o ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura. Mas sim o conselheiro presidencial Faustino Muteka, os dois vice-ministros dos Exteriores, o general Higinio Carneiro e mais alguns elementos.

Depois do malogro dos contactos que desde há um ano se verificaram em Namibe, Adis Abeba e Abidjan, ninguém quer aparentemente colocar grandes esperanças na ronda zambiana. Se bem que o maliense Alioune Blondin Beye, agora a representar o secretário-geral das Nações Unidas, pareça uma pessoa mais confiante nas suas possibilidades do que o era a britânica Margaret Anstee. E possa também contar com o empenho muito forte de um diplomata especialmente nomeado para o caso pela Administração norte-americana, Paul Hare.

Aparentemente, o governo de Luanda deseja que os rebeldes se comprometam de uma vez por todas a abandonar o território conquistado desde há um ano, para que então possa haver o desejável cessar-fogo em todo o país. Mas ainda ontem a Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan) reafirmava que a UNITA o que quer é negociações globais, que compreendam tanto a parte militar como a política; e que espera da comunidade internacional pressões sobre o regime, para que seja flexível.

Armas coreanas

Ora acontece que entre a população de Luanda o clima é de cepticismo, tanto mais que

os meios estatais de comunicação social não deixam de dizer que a UNITA está a ser reabilitada e que conta com o apoio de militares zairenses destacados nas regiões fronteiriças. Não há notícia de grandes acções militares, mas sempre se vai dando conta de escaramuças aqui e ali, designadamente na martirizada Cuíto, capital da província do Bié.

Por seu turno, uma fonte da aviação comercial disse ao correspondente do PÚBLICO em Angola que um avião cargueiro "Antonov 124" tem andado a transportar para Luanda, com escalas na Malásia e na Índia, armas provenientes da Coreia do Norte, incluindo mísseis terra-ar Sam-21.

Perante tais informações, não se admite com grande facilidade que — mesmo com toda a pressão dos Estados Unidos e da ONU — que dentro de duas ou três semanas se torne possível chegar a um compromisso a partir das posições claramente divergentes com que os dois lados chegaram a Lusaca.

Fonte das conversações disse ontem a um enviado da agência Lusa que a delegação governamental proporia para Jonas Savimbi o estatuto de vice-presidente, como forma de dispensar uma segunda volta das eleições presidenciais do ano passado. Mas custa a acreditar que essa ideia tenha mais êxito do que quando Luanda se propôs aparentemente oferecer uma grande quantia para que o líder da UNITA desistisse da luta e se fosse instalar confortavelmente num país longínquo.

Mais do que aceitar uma presença quase simbólica e subalterna do seu líder nas estruturas centrais, a principal força da oposição deseja uma real divisão de poderes, que passaria in-

clusive pelo governo de províncias como o Huambo, o Bié, o Cuando Cubango, o Uíge e o Zaire. Bem como pela criação de polícias provinciais, dependentes dos respectivos governadores e não das autoridades centrais.

Bispo do Cuíto

Entretanto, numa demonstração de como muitas vezes é difícil de acreditar nas notícias que são transmitidas pelas partes directamente envolvidas no conflito, o bispo do Cuíto, D. Pedro Luís António, desmentiu ontem as informações governamentais de que em Agosto tivesse sido raptado pela UNITA. E as indicações deste partido segundo as quais o teria levado para o Huambo, para seu bem.

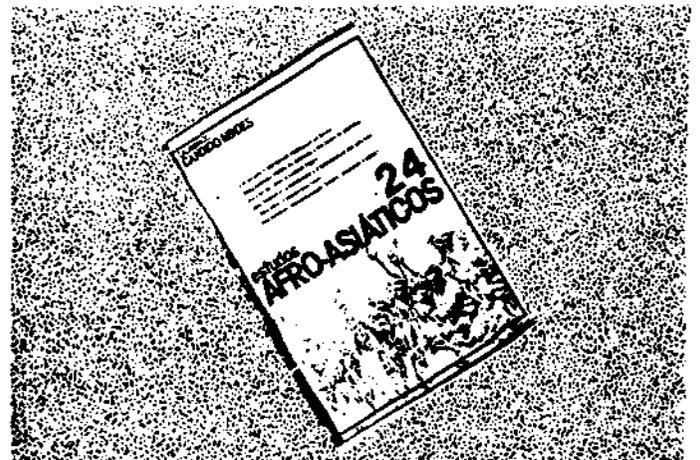
Afinal, o que se verificou, disse agora D. Pedro em Luanda, aonde foi participar na Conferência Episcopal de Angola e São Tomé, é que se transferiu em Setembro do Cuíto para a vila de Chinguar, uns 80 quilómetros a ocidente, a fim de fugir aos combates que ali se travavam. O Chinguar fica na fronteira da província do Bié com a do Huambo e está sob controlo da UNITA, de onde o governo ter falado de "rapto".

A verdade, nomeadamente em Angola, é sempre algo de muito relativo; e por isso é também com alguma reserva que se recebem notícias como a que ontem à tarde foi dada pela Rádio Nacional de Angola: um avião tipo Hércules, "que deveria ser proveniente da África do Sul", violou o espaço aéreo da província do Cuando Cubango, aparentemente com a missão de abastecer as tropas da UNITA. ■

* com Aguiar dos Santos, em Luanda

Mulheres militares para Moçambique

O BATALHÃO de Transmissões 4 do exército português pode contar com 27 militares femininas para desempenhar a sua missão em Moçambique, integrado no contingente da ONU que acompanha o processo de paz naquele país, a ONUMOZ. Recorde-se que aquele batalhão foi criado especificamente para integrar a missão da ONU e conta actualmente com duas centenas e meia de voluntários. Fonte militar confidenciou à agência Lusa que por ocasião, nas próximas semanas, da substituição dos militares que terminam os seis meses de contrato nesta missão, pelo menos algumas destas voluntárias poderão partir para Moçambique. ■ PÚBLICO, 22 11 93



Governo e UNITA negociam em Lusaca

PÚBLICO, 17.11.93

Cessar-fogo provável antes do Natal

UM ACORDO entre o Governo angolano e a UNITA sobre a assinatura de um cessar-fogo, a entrar em vigor cinco dias antes do Natal, foi admitido ontem, em Lusaca, por uma fonte que participa na ronda da capital da Zâmbia entre os beligerantes.

Segundo a mesma fonte, citada pela agência Lusa, o acordo terá sido obtido pelo enviado especial do secretário-geral da ONU em Angola, o diplomata maliano Alioune Blondin Beye. Faltaria apenas acertar a data definitiva da sua entrada em vigor.

As negociações de Lusaca, que decorrem à porta fechada, em local secreto, são as primeiras desde o "round" de contactos explo-

ratórios, em Outubro último, e o malogro de Abidjan, em Maio.

Um consenso sobre a retirada dos elementos da UNITA das zonas que actualmente ocupam em Angola terá sido também obtido, faltando acertar apenas as modalidades da sua concretização. Mas esta deverá ser antecedida por um acordo sobre o regresso dos oficiais da UNITA às fileiras do exército governamental.

A extensão da administração angolana a todo o território é outro dos temas em discussão, existindo uma proposta de Beye que se compromete a acompanhar o regresso dos funcionários do Estado para as zonas que a organização rebelde deverá abandonar.

A hipótese de negociações entre responsáveis militares, paralelas às que decorrem, de âmbito político, foi entretanto apontada como uma possibilidade. A ronda prender-se-ia concretamente com o regresso dos oficiais da UNITA e com as modalidades da retirada das forças de Savimbi das regiões ocupadas.

Segundo o enviado da Lusa à capital zambiana, começa, por outro lado, a ganhar consistência a possibilidade do diálogo de Lusaca ser interrompido após consenso sobre os aspectos militares e a data de um cessar-fogo, que poderá ser o dia 20, deixando as questões eminentemente políticas para uma outra ronda, tam-

bém em Lusaca. Mas a UNITA poderia então insistir na sua tese federalista defendendo a continuação do seu controlo sobre as zonas onde venceu as eleições de Setembro do ano passado — Huambo, Bié, Benguela e Cuan-do Cubango, e ainda a sua continuidade nas províncias de Uije e Zaire, que ocupa militarmente.

As Nações Unidas anunciaram entretanto em Luanda que três aviões da ONU descarregaram, ontem de manhã, víveres no aeroporto do Cuito, a capital do Bié disputada pelo Governo e a UNITA. A emissora oficial anunciara antes que forças rebeldes tinham imobilizado a ajuda humanitária. ■

Deputada da UNITA "deserta" em Lisboa

PÚBLICO, 18.11.93

"Não há democracia em Luanda"

A DEPUTADA da UNITA Odete Chilala abandonou, ontem, em Lisboa, uma delegação parlamentar de Angola, de partida para uma visita oficial à China, invocando falta de liberdade para falar em nome do seu partido e para contactar o eleitorado que a elegeu há um ano. "Ia à China em nome da UNITA sem poder falar em nome da UNITA, e integrada numa delegação de um parlamento multipartidário que o não é", justificou a deputada angolana, que decidiu suspender o seu mandato e juntar-se à direcção da UNITA.

Odete Chilala garantiu ao

PÚBLICO que, quando abandonou o hotel onde a delegação se hospedava, no sábado passado, não sabia sequer a localização dos escritórios do seu partido em Lisboa. "Foi uma decisão puramente pessoal, mas pensada já há muito", disse, acrescentando que quatro dos seis deputados que se mantêm em exercício de funções no grupo parlamentar da UNITA — Georgina Sapalalo, Azevedo Cangange, Carlos Calitas e Hamukuaya — "residem no Ministério da Defesa onde, para sair e entrar, têm de ser identificados pela polícia". Na mesma situação se encontra, se-

gundo disse, o antigo secretário para as relações externas da UNITA, Abel Chivukuvuku, que continua sem tomar posse do lugar para que foi eleito.

A deputada, cujo marido permanece em Luanda, apelou à comunidade internacional para que pressione as autoridades governamentais no sentido de não se registarem represálias sobre os seus familiares e os colegas de bancada.

"Todos os deputados da UNITA que tiveram possibilidade de viajar para o estrangeiro tomaram idêntica atitude", comentou o representante deste

partido em Portugal, Adalberto Júnior, citando os nomes de Carlos Morgado, chefe do grupo parlamentar, José Abilheira, Adalberto Changua Santos e Fátima Roque (esta última sem ter chegado a tomar posse).

Constituíam a delegação parlamentar abandonada pela deputada da UNITA o presidente da Assembleia Nacional de Angola, França Van-Dunem, o líder da bancada do MPLA, João Lourenço, e o deputado deste partido, Fernando Costa Andrade "N'Dunduma".

Odete Ludovina Chilala, de 34 anos, era responsável da Lima (a organização de mulheres da UNITA) e presidia à comissão parlamentar da família, juventude, infância e promoção da mulher. ■

Angola na Câmara dos Representantes dos EUA

PÚBLICO, 17.11.93

O "pior" conflito do mundo

O conflito angolano é "o pior do mundo" e matou desde o reinício das hostilidades, em 1992, mais de meio milhão de pessoas, disse James Woods, o subsecretário da Defesa para os Assuntos Africanos, perante a Subcomissão dos Assuntos Africanos da Câmara dos Representantes.

O subsecretário da Defesa norte-americano para os Assuntos Africanos,

James Woods, qualificou, perante a Subcomissão para os Assuntos Africanos da Câmara dos Representantes, o conflito angolano como "o pior do mundo", afirmando que mais de meio milhão de pessoas já perderam a vida desde 1992, quer na sequência dos combates quer em resultado de privações de toda a espécie.

Com Woods foram ainda ouvidos o secretário de Estado adjunto para os Assuntos Africanos, George Moose, o seu antecessor na administração anterior, Chester Crocker, o responsável pelo Programa Alimentar Mundial (PAM), Douglas Coutts, e o professor Gerald Bender, cujas declarações sublinharam a tragédia

para a qual os protagonistas procuram em Lusaca (ver ao lado) uma saída.

Presidida pelo democrata Harry Johnston, a iniciativa da subcomissão, aberta ao público e titulada "A busca da paz em Angola", confirmou as piores previsões sobre a guerra que opõe o Governo e a UNITA desde que esta recusou os resultados das eleições de 1992.

"Não posso começar sem fazer uma observação geral sobre a questão fundamental de quem é a culpa dos angolanos estarem mais uma vez em guerra, como têm estado na maior parte dos últimos 32 anos", disse Chester Crocker no início da sua inter-

venção. "Considero os líderes dos principais partidos angolanos, o MPLA e a UNITA, substancialmente responsáveis por este estado de coisas, quando tiveram uma oportunidade de virar uma nova página após os acordos de Bicesse assinados em Maio de 1991", sublinhou.

Gerald Bender, professor da Universidade da Califórnia do Sul e especialista em questões angolanas, sugeriu que "Washington, a ONU e as instituições financeiras internacionais poderiam dar um contributo muito maior para a paz em Angola com meios de ajuda eficazes, não letais, meios capazes de ajudarem a construir um campo de paz, isto é, fornecendo a logística necessária a um cessar-fogo duradouro, a desmobilização e a reintegração das tropas na vida civil e pre-

Continua na pág. 5

Ronda angolana de Lusaca

PÚBLICO, 18 11 93

Avanços e recuos

O MEDIADOR do secretário-geral da ONU e as delegações do Governo angolano e da UNITA prosseguiram ontem de manhã, na capital da Zâmbia, o rodopio de encontros da véspera, sempre antecedidos de reuniões de cada uma das delegações. Mas, ao fim da tarde, as delegações do Governo e da oposição armada não tinham ainda entregue a Alioune Beye uma resposta aos documentos que consubstanciam as posições anteriores assumidas pelas duas partes, que este lhes apresentou terça-feira.

O diplomata maliano tentou ontem que as duas delegações se entendessem sobre a agenda de uma sessão plenária. É que, enquanto o Governo angolano pretende começar pelo cessar-fogo e os seus aspectos militares, a oposição armada quer inserir as questões militares nas políticas, argumentando com a alteração do cenário internacional. E sem entendimento nestes aspectos não há agenda nem plenário.

Segundo o enviado da agência Lusa, a posição de Beye, que a baseia nas reso-

luções da ONU, que exigem às duas partes a aplicação de um cessar-fogo, está mais próxima da sustentada por Luanda. O representante de Butros Butros-Ghali quer em primeiro lugar o fim das hostilidades e a formação de equipas militares do Governo e da UNITA para discutir os assuntos militares específicos — retirada das tropas de Jonas Savimbi das cidades e regiões que ocuparam pela força, a marcação dos locais de acantonamento (medida prevista nos acordos de Bicesse de Maio de 1991) e as modalidades de reintegração dos oficiais rebeldes nas forças regulares angolanas.

João de Matos
em Lusaca

Uma notícia da France Presse referia, ao princípio da tarde, a partida de Luanda para Lusaca de uma delegação militar governamental dirigida pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas, general João de Matos, mas uma declaração do responsável pela Informação da UNITA, Jorge Valentim, aos jornalistas, afirmando que "a agenda é longa e importante" mas que "tudo está a correr bem", foi interpretada em Lusaca como uma forma da oposição armada compensar a perda de terreno no campo político e tentar ganhar tempo para inverter a situação.

Em desespero de causa, Beye poderá jogar com a possibilidade do Conselho de Segurança resolver, em qualquer altura, aplicar o segundo pacote de sanções à organização de Savimbi se esta não apresentar melhor alternativa e fizer malograr a ronda da capital zambiana, a primeira depois dos contactos exploratórios de Outubro e o falhanço das conversações de Abidjan, em Maio.

Assim, são estas as decisões a tomar antes dos beligerantes regressarem à mesa das negociações para discutirem, numa segunda fase, os problemas essencialmente políticos, e procederem a inevitáveis e recíprocas concessões. Discutiriam então, por exemplo, a questão federalis-

ta, a restauração da administração governamental a todo o território, o desmantelamento da polícia anti-motins, a troca de prisioneiros, a liberdade de imprensa.

Mas só hoje, quinta-feira, Alioune Beye deverá romper com o manto de silêncio que caracterizou esta ronda quase monástica de Lusaca, e anunciar se nela se conseguiu o que nas anteriores falhou. Depois do relatório dos Missionários Espiritanos denunciando toda a tragédia do conflito angolano, ontem foi a vez dos bispos da Igreja católica de Angola e de São Tomé e Príncipe lançarem um apelo à paz e pedirem aos delegados do Governo e da UNITA que não regressem a Angola de mãos vazias, concretamente sem um acordo de cessar-fogo: se não o conseguirem, fiquem onde estão.

Diplomatas
libertados

Entretanto, os dois diplomatas angolanos raptados há quatro dias em Kinshasa já foram libertados, garantiu ao PÚBLICO, em Luanda, uma fonte do Ministério das Relações Exteriores. Mário Lionel, cônsul angolano na província zaireense do Shaba, e um outro diplomata de identidade não revelada, que se presume ser o responsável pelos serviços de segurança da missão, desapareceram no fim-de-semana, levados por doze pessoas envergando o uniforme das forças armadas zaireenses, o que originou um protesto da representação angolana junto do ministério zaireense dos Negócios Estrangeiros.

A mesma fonte disse não poder confirmar se os dois diplomatas foram maltratados ou se lhes foi extorquido dinheiro, admitindo que o móbil do rapto possa ter conotações políticas. O embaixador zaireense em Luanda será também convocado ao gabinete de Venâncio de Moura, onde lhe será entregue idêntico protesto das autoridades angolanas. As relações entre os dois países estão praticamente em rutura devido ao apoio alegadamente prestado pelo Zaire à UNITA. ■ F.S.

Continuação da pág. 4

O "pior" conflito do mundo

paração das áreas de acantonamento militar" para as forças de ambos os lados.

Bender sugeriu que, além dos países doadores membros da ONU, poderiam juntar-se a esse esforço o Banco de Desenvolvimento Africano, que vai criar um fundo para a reintegração dos soldados moçambicanos desmobilizados, e recordou o programa semelhante desenvolvido no Uganda pelo Banco Mundial. Concluiu que "o que é preciso é um empenhamento da parte da administração do Presidente Bill Clinton e do Congresso para um envolvimento substancial e material".

Devastação

O actual responsável pela diplomacia africana, George Moose, disse por sua vez acreditar que a nova ronda de conversações a decorrer em Lusaca "testará o nível de seriedade tanto do Governo como da UNITA para alcançarem a paz". Manifestando-se optimista, classificou no entanto o seu optimismo como "temperado por um sentido de realismo" atendendo ao malogro de anteriores esperanças.

Coube ao representante da PAM junto da ONU, Douglas Coutts, a mais trágica de todas as previsões: "A insegurança e a impossibilidade de acesso a algumas áreas de Angola escondem seguramente um desastre humano de enorme magnitude".

Segundo Coutts, que du-

rante quatro anos foi o responsável do programa alimentar da ONU na Namíbia, o número de angolanos carecidos de assistência aumentou de 1,9 para três milhões, desde que a ONU lançou, em Maio, um apelo à ajuda humanitária. Depois, desintegraram-se completamente os serviços de saúde, as infra-estruturas dos mercados, a produção de alimentos. Hoje, as taxas de subnutrição atingem 25 por cento das crianças das áreas urbanas.

O especialista da PAM disse que o início da guerra coincidiu com a época das sementeiras, dificultando a possibilidade de a população providenciar a sua própria alimentação, drama que ampliou o desastre motivado pela seca. A minagem das picadas e dos campos tornou depois impossível o cultivo ou a colheita enquanto milhares de pessoas rumavam para as cidades pelas poucas vias não minadas.

Coutts disse que só agora, pela primeira vez desde a retomada das hostilidades, é que a PAM e o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados estão a realizar uma avaliação global das necessidades de assistência para os próximos meses e para as populações que correm maiores riscos.

O perito da ONU disse que, logo que a situação estabilize, vai ser necessário desencadear um "maciço esforço de socorro", afirmando que as perspectivas de plena recuperação económica são boas atendendo aos vastos recursos naturais no sector agrícola. ■

DIRIGENTE DO PLD ANGOLANO SUICIDOU-SE — O secretário para as Relações Internacionais do Partido Liberal Democrático (PLD) angolano, Carlos Simeão Manolo, suicidou-se ontem em Luanda, com um tiro na cabeça, informou a mulher, Anália da Vitória Pereira, presidente do PLD. Carlos Simeão Manolo, que era deputado à Assembleia Nacional de Angola, perguntou à mulher, pouco antes de se suicidar, pela pistola e respectiva licença. Anália da Vitória Pereira disse desconhecer as razões do acto desesperado do marido.

PÚBLICO, 21 11 93



ARISTIDES PEREIRA AO EXPRESSO

«Povo de Cabo Verde não queria a independência»

EXPRESSO, 20.11.93

«É MINHA firme convicção que a aspiração do povo de Cabo Verde não era a independência, mas a autonomia.» A opinião é de Aristides Pereira, primeiro Presidente da República de Cabo Verde, cargo que ocupou durante 16 anos. Em declarações ao EXPRESSO, prestadas em Torres Vedras, o ex-Chefe de Estado põe em dúvida que a independência «tenha sido a melhor solução», tanto mais que está certo de que o povo caboverdeano «desejaria ser uma região autónoma» de Portugal, um pouco à semelhança da Madeira e dos Açores.

Instalado em Torres Vedras em Julho passado, Aristides Pereira esteve em tratamento nas termas dos

Cucos e aproveitou para preparar as suas memórias e «pensar friamente» sobre a história do seu país. Escusando-se a empregar a expressão erro, o sucessor de Amílcar Cabral prefere falar numa «falha dos nossos conhecimentos sobre a história e sobretudo sobre o homem de Cabo Verde, sobre a sua identidade e as suas aspirações». Aplauze, a propósito, «a geração anterior à minha», que «reclamava a adjacência» e em palavras elogiosas para o paladino daquela solução, Adriano Duarte Silva, deputado à Assembleia Nacional durante o Estado Novo. Admite, por outro lado, que está «a dar razão» a António de Spínola, o primeiro Presidente da República

após o golpe de 25 de Abril, e que se dispôs a negociar um estatuto de autonomia para o arquipélago.

«Bati-me contra um sistema, não contra Portugal»

Secretário-geral adjunto do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde em 1964, Aristides Pereira ascendeu a secretário-geral do PAIGC após o assassinato de Amílcar Cabral, em Janeiro de 73. Com a independência de Cabo Verde, em 5 de Julho de 75, Aristides tornou-se Presidente da República, até Fevereiro de 91, quando foi copiosamente derrotado por Mascarenhas Monteiro, nas primeiras eleições presidenciais.

Interrogado pelo EXPRESSO sobre se estas declarações não chocam com todo o seu passado e convicções, Aristides Pereira, de 70 anos, esclarece: «Eu bati-me contra um sistema, que considerava (e continuo a considerar) injusto e opressor. Não lutei contra Portugal e muito menos contra o seu povo. E lutei pelo bem-estar do povo de Cabo Verde.»

É esta a primeira vez que uma personalidade caboverdeana, com o perfil de Aristides Pereira, critica publicamente a solução independentista. Retirado da vida política interna, o ex-Presidente, que regressou ao seu país na semana passada, faz questão de acentuar que esta «é uma opinião pessoal, que não engaja mais ninguém»

DURANTE mais de quatro meses, o ex-Presidente da República de Cabo Verde trocou temporariamente de país. Em vez do arquipélago, de que foi Chefe de Estado durante 15 anos consecutivos, esteve em Portugal; em vez da Cidade da Praia, viveu, de 7 de Julho até à semana passada, quase anónimo, em Torres Vedras.

Desde 1989 que, todos os anos, Aristides Pereira vem passar uma temporada à capital do Oeste saloio: bem pertinho, a menos de cinco minutos

de automóvel, encontram-se as termas dos Cucos, cujas lamas radioactivas são recomendadas para o tratamento das lesões de carácter neurológico de que padece.

A génese do mal de que sofre tem uma data e um local precisos: 20 de Janeiro de 1973, em Conacri. Nessa noite, um grupo dissidente do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) assassinou Amílcar Cabral e apressou Aristides Pereira. O número dois do movimento esteve onze horas brutalmente atado pelos antebraços, colocados atrás das costas. Quando as autoridades da Guiné-Conacri, com o auxílio das vedetas da marinha soviética, localizaram o barco que transportava Aristides Pereira para Bissau e o retiraram do porão onde jazia semiconsciente, os antebraços estavam em risco de gangrenar. Depois de uns dias de indispensável repouso em Conacri, o adjunto de Cabral foi levado para Moscovo, onde permaneceu uns meses em tratamento. A violência deixou marcas irreversíveis: as cordas acabaram por destruir ou pelos menos deteriorar alguns segmentos nervosos mais delicados, a ponto de lhe reduzir seriamente o tacto.

Na União Soviética, frequentou umas termas a menos de uma trintena de quilómetros de Moscovo. Já secretário-ge-

ral do PAIGC, aí voltou em 1974 — e estava «a lamas» quando se deu o 25 de Abril em Portugal. «Não pensei duas vezes e nem quis ouvir a opinião dos médicos: voltei logo para Conacri», para acompanhar o processo de descolonização da Guiné e de Cabo Verde.

Os neurologistas que já o observaram são unânimes em recomendar-lhe a terapia com as lamas radioactivas. Uma terapia que deveria ser anual mas que só reatou em 1989, ainda Presidente da República.

Não são muitas as termas com as características adequadas para o tormento de Aristides Pereira. Na Europa, só existem na Rússia, na Alemanha e em Portugal. Decidiu-se por Torres Vedras. «A minha mulher descobriu uma pessoa amiga que vinha aos Cucos todos os anos: a Luisinha Blanqui, uma senhora de Cabo Verde que vive na Suíça.»

Os efeitos da terapia — o mínimo de uma sessão diária durante quinze dias — convenceram Aristides Pereira, que, desde há cinco anos, passou a ser um frequentador anual dos Cucos, onde é acompanhado pelo reumatologista Luís Ventura Martins. «O tratamento é excelente. Pena é que as instalações sejam muito antigas. Valeria a pena investir a sério nas termas, porque são raras na

Europa.»

Durante o período do tratamento, esteve instalado num hotel de Torres Vedras. Depois, ocupou um pequeno apartamento, um T-2, que partilhou com a mulher e por onde passaram, durante uns dias, dois dos seus três filhos — Estela, que está a estudar em Genebra, e Eugénio, um jurista diplomado em Cuba e que é assessor do Ministério caboverdeano das Pescas.

AS ÚNICAS vezes que Aristides Pereira esteve em Moscovo foi para tratamento. «É verdade: só visitei a URSS como doente» — um facto curioso que acaba por atestar «as distâncias que sempre mantive relativamente ao modelo soviético». Foram muitas as vezes que o embaixador da URSS na Praia insistiu com o então Presidente para ir a Moscovo. «Nunca aceitei. Apesar de ser pequeno e pobre, Cabo Verde não deixa de ser um país independente. Fiquei eternamente à espera de um convite do Presidente da República da URSS — que nunca veio...»

Pereira, contudo, foi uma excepção. Pela URSS passaram muitos dirigentes e quadros do PAIGC. Ali receberam

Continua na pág. 8

Continuação
da pág. 7

ARISTIDES PEREIRA AO EXPRESSO

«Povo de Cabo Verde não queria a independência»

uma acentuada formação marxista. «Mesmo os jovens que foram para a União Soviética para obter formação militar, a primeira coisa que recebiam era uma forte doutrinação». Tudo isto, «apesar do partido nunca se ter declarado marxista e de Amílcar Cabral nunca o ter sido». A influência soviética e a ideologia marxista acabaram por constituir «um grave problema». Um primeiro sinal viu-se logo após a independência de Cabo Verde, «com as pressões de um certo extremismo de esquerda, vindo de gente para quem os EUA eram sinónimo de um monstro».

Do bloco de Leste, Aristides Pereira só esteve na República Democrática Alemã e na Bulgária. E na China, claro — que visitou em 1964, como secretário-geral adjunto e, mais tarde, como Presidente. «A China foi o primeiro país que se dispôs a formar combatentes». O primeiro grupo a visitar a pátria de Mao Zedong incluía nomes como Nino Vieira e os já falecidos Oswaldo Vieira e Xico Té.

Curiosamente, os EUA não tiveram qualquer problema em acolher o Presidente de Cabo Verde. «Estive em Washington, a convite do Presidente Reagan, em 1983.» No ano anterior, cruzara-se com o vice-presidente George Bush. «Encontrámo-nos no Sal. Ele quis falar comigo sobre as conversações em curso acerca da África do Sul e Angola.» Mais tarde, Bush, já Presidente, haveria de o convidar, a título pessoal, a voltar aos EUA, onde vive uma grande colónia caboverdeana — bastante mais populosa do que a que reside nas dez ilhas do arquipélago. Angola foi tema obrigatório das conversas que manteve com o que designa de «meu amigo Bush». Dispensa-se de pormenorizar o teor das conversações. Avança, apenas, que, «na altura, Bush tinha a ideia de que o Presidente José Eduardo dos Santos não passava de um monstro comunista...»

POR uma das ironias em que a História é fértil, Aristides Pereira foi o primeiro derrotado da demo-

cracia, de que fora o principal artífice. Presidente da República desde a independência de Cabo Verde, em 5 de Julho de 75, foi copiosamente vencido por Mascarenhas Monteiro nas eleições presidenciais de Fevereiro de 1991 — onde se ficou por um quarto dos votos. Desde então, retirou-se da política interna, tendo inclusivamente abandonado o partido de que foi secretário-geral, o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), criado em Janeiro de 81, quando se tornou patente o fim do modelo utópico alimentado por Amílcar Cabral, de um só partido (o PAIGC) capaz de dirigir dois países (a Guiné-Bissau e Cabo Verde).

Olhando para trás, Aristides Pereira confessa duas mágoas. A primeira tem a ver com o atraso no processo de transição. «A abertura deveria ter sido feita em 1988, no IV Congresso do PAICV.» A maioria dos delegados não aprovou as teses renovadoras. «Basta comparar os textos apresentados, com os que foram aprovados. Até a simples expressão 'sociedade civil' foi riscada do texto final...»

Ao contrário do que se poderia imaginar, os principais responsáveis pela travagem da renovação «foram os quadros mais jovens» — que recusa identificar. Sabe-se que a resistência dos quadros intermédios e forjados pela própria organização «é um dos males dos partidos únicos» — a que o PAICV não conseguiu furtar-se. A abertura acabaria por ser adiada para 1990, já depois da queda do Muro de Berlim e do desmoronamento do bloco de Leste. Aristides Pereira sublinha, contudo, que «o espírito de mudança já existia em Cabo Verde muito antes disso».

Em Fevereiro de 90, o Movimento para a Democracia (MpD, actualmente no poder) faz a sua triunfal aparição na cena política. «Recebi-os nessa altura e encorajei-os a prosseguir.» Nas legislativas de Dezembro de 90, o ex-partido único, já liderado pelo então primeiro-ministro Pedro Pires, ficou-se por uns modestíssimos 25 por cento dos

votos. Dois meses depois, nas presidenciais, Mascarenhas Monteiro seria confortavelmente eleito, com 74 por cento dos votos. Era a vitória, em toda a linha, da oposição.

A segunda mágoa de Aristides Pereira prende-se com a forma como decorreu a campanha eleitoral para as presidenciais. «Fiquei chocado com as coisas que se disseram a meu respeito. Nunca me passou pela cabeça que isso pudesse acontecer. Quase me chamaram ladrão!» A campanha ultrapassou a natural agressividade da disputa política, para cair na rudeza rasteira. A vida e o percurso do presidente-candidato foi esmiuçada. Aristides sentiu-se caluniado, injustiçado, «sobretudo porque dediquei toda a minha vida a criar e construir o estado de Cabo Verde». Especialmente magoado ficou com certa imprensa. Razão porque decidiu, durante uma larga temporada, abster-se de jornalistas e de falar sobre a actualidade — um voto que só agora rompe, e muito parcialmente, ao falar para o EXPRESSO. ➤

«A LIBERDADE usufruída por um antigo Chefe de Estado e o respeito que inspira como simples cidadão são a melhor imagem da maneira como governaram e das condições em que deixaram o poder.» A frase é de Blaise-Pascal Talla, o director do prestigiado mensário «Jeune Afrique Économie», que no editorial de Agosto faz um rasgadíssimo elogio a Aristides Pereira, que inclui no rol dos homens livres e grandes de África, ao lado de Senghor, Obasanjo, Nyerere e Kaunda.

Apesar disso, o tratamento de que o ex-Presidente tem sido alvo no próprio país não parece muito conforme com o respeito e a honra de que deveria ser credor. É certo que o legislador aprovou um estatuto para os ex-chefes de Estado. Só que, «muita coisa que está no papel não é respeitada». Teoricamente, o ex-presidente tem direito a viatura do Estado e a motorista. Não obstante, desloca-se sempre no seu carro particular, que muitas vezes é o próprio a conduzir. A casa onde reside mandou-a construir já depois de deixar o palácio presidencial e foi edificada «graças a dois empréstimos bancários», que ainda está a pagar. Este compromisso mensal leva-lhe parte da pensão a que tem direito, e que, em termos líquidos, acaba por se resumir a 40 contos cabo-

verdeanos — o equivalente a 80 mil escudos portugueses. Valem-lhe «os presentes e as manifestações solidárias» de vários chefes de estado africanos, «sem o que seria muito difícil viver». Todos os encargos na Suíça com a filha mais velha, por exemplo, são suportados «por um Chefe de estado amigo» — que se escusa a mencionar, adiantando apenas que não é de nenhum país de língua portuguesa.

O desrespeito pelo que a lei lhe confere é, entretanto, agravado pelo que designa de «mesquinhez» da burocracia. Foi assim que já lhe cortaram o telefone e a água. «Nessa altura, achei que tinha que falar com o primeiro-ministro, Carlos Veiga, que se zangou a sério.» Aliás, Aristides recusa-se a «atirar pedras» ao Governo do MpD. «O problema é que há coisas que estão nas mãos de pequenos funcionários que, por uma razão ou outra, têm ressentimentos e abusam do pouco poder que detêm.»

À altura das suas responsabilidades comportou-se o embaixador de Cabo Verde em Lisboa. Eugénio Inocêncio procurou dar ao ex-Presidente a assistência possível, disponibilizando uma viatura e um motorista para todas as deslocações no interior de Lisboa. De resto, o «caso» do embaixador em Lisboa — acusado de utilização abusiva dos dinheiros públicos — é interpretado por Aristides Pereira como um exemplo de mais um «pequeno ajuste de contas caseiro» em que a política de Cabo Verde não deixa de ser pródiga.

As despesas da estada em Portugal de Aristides Pereira foram pagas directamente do seu bolso, desde o tratamento nas termas até ao aluguer do apartamento, passando pelos bilhetes de comboio entre Lisboa e Torres, onde viajou como qualquer outro passageiro anónimo. Nunca foi aventada a hipótese de uma eventual comparticipação de Portugal em certas despesas daquela que é a personalidade mais «histórica» dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa. «Nunca pus essa questão; prefiro que o Governo português esteja à vontade.» No entanto, a estada de Aristides Pereira não passou despercebida às autoridades portuguesas. O presidente da câmara de Torres Vedras esteve com ele várias vezes; o primeiro-ministro convidou-o para um almoço em S. Bento; e o Presidente da

Continua na pág. 9

Continuação
da pág. 8



ARISTIDES PEREIRA
AO EXPRESSO

«Povo de Cabo Verde não queria a independência»

República falou-lhe pelo telefone.

DESDE que regressou a Cabo Verde, em Julho de 75 — após trinta anos de ausência —, Aristides Pereira nunca tinha estado tanto tempo fora do país. Foram quatro meses para se tratar, «descansar destes anos de trabalho» e preparar as memórias (ver noutro local). Afastado das lides políticas caseiras, nem por isso tem deixado de estar activo na cena externa, no seu estilo discretíssimo. E como é mais fácil contactar e viajar a partir de Portugal do que de Cabo Verde, foi-se deixando ficar, no seu reduto improvisado de Torres Vedras, que munuiu de um telefone e de um fax.

No almoço com Cavaco Sil-

va, a paz em Angola foi um dos temas mais discutidos. O mesmo assunto levou-o a viajar até São Tomé e Príncipe, a convite do Presidente Miguel Trovoada, actualmente a coordenar a diplomacia dos PALOP. Trovoada quis ouvir a opinião de um «irmão mais velho» sobre a sua frustrada tentativa de juntar, em São Tomé, delegações do Governo de Luanda e da UNITA.

O conflito angolano traz Aristides Pereira seriamente preocupado. É um «dossier» que conhece como poucos — nas suas origens e na personalidade dos seus principais actores. A última vez que esteve em Luanda foi em 1991, a convite de José Eduardo dos Santos. Quanto a Jonas Savimbi, conheceu-o em 1961, quando ele era ministro dos Negó-

cios Estrangeiros do chamado Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), liderado por Holden Roberto. Em Junho de 89, esteve com os dois líderes angolanos, na frustrada cimeira de Gbadolite.

A convite do Presidente Yoweri Museveni, viajou, a partir de Lisboa, até ao Uganda. «Fiquei admirado com o crescimento deste país, um caso que vale a pena ser analisado.» A democracia no Uganda ainda está a dar os primeiros passos. «Há um sistema político complicado», reconhece, «em que não são admitidos os partidos, de certa forma substituídos por personalidades». Museveni ficou bastante ligado aos PALOP, uma vez que «esteve a estudar a guerrilha nos campos da Frelimo, antes de ele próprio fazer o 'maquis'».

Outro país onde esteve uns dias foi o Gabão. O anfitrião, o Presidente Omar Bongo, é um homem «que sabe bem o que quer e que tem uma grande habilidade política».

Desde a derrota nas eleições de 91, foram muitos os chefes de estado africanos que o obse-

quiaram. «É uma prova da amizade de antigos colegas e do valor da tradição africana.» Esteve no Senegal, com Abdou Diouf, visitou a Gâmbia de Dawda Kairaba Jawara, foi até à Guiné-Conacri de Lansana Conté, que conheceu durante a guerra colonial, quando este comandava a região militar que fazia fronteira com a Guiné portuguesa. Foi igualmente convidado de honra de Ali Kafi, da Argélia, e do rei Hassan II de Marrocos — países que nunca regatearam apoio aos movimentos de libertação das colónias portuguesas. E já esteve em todos os outros PALOP: em Angola, em 91; no ano passado, em Moçambique, a convite de Joaquim Chissano; e, já este ano, em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau. O encontro com Nino Vieira teve um sabor especial: foi o reencontro com um velho companheiro de armas, o ponto final num contencioso que os separava desde 1980 e a garantia da colaboração do vector guineense na elaboração das suas memórias — aguardadas como um contributo ímpar para a história política de Portugal e dos Cinco. ■

As memórias do presidente

EXPRESSO, 20 11 93

A PARTIR de Janeiro, Aristides Pereira começará a preparar as suas memórias, um trabalho que sente como «uma obrigação». Trata-se de um projecto que vem acalentando desde há vários anos. A sua concretização encontrou um empurrão decisivo durante a estada do ex-Presidente em Portugal, com a formação de uma equipa de trabalho, constituída por um grupo de historiadores. «É um grupo de jovens caboverdeanos, que têm vindo a estudar a história de Cabo Verde, e que estão dispostos a ajudar-me na pesquisa.»

O projecto não deixa de ser algo ambicioso, já que ultrapassa em muito o âmbito de um simples livro de memórias. A ideia é fazer um trabalho que venha a constituir «uma referência histórica sobre a luta de libertação, não apenas na Guiné-Bissau e Cabo Verde, mas naquela zona da África Ocidental». O período em estudo irá desde a génese dos movimentos emancipacionistas, após a II Guerra Mundial, «até ao fim do meu mandato como Presidente da República».

Quer o PAICV, quer o PAIGC já garantiram ao ex-secretário-geral o acesso à respectiva documentação. Durante alguns anos, o prin-

cipal problema residia no partido guineense, devido ao esfriamento das relações entre a Guiné e Cabo Verde, motivado pelo golpe de estado de 1980, que depôs o Presidente Luís Cabral e levou Nino Vieira à chefia do estado. O tempo, porém, encarregou-se de sarar as feridas.

«O Presidente Nino e outros dirigentes com quem me avistei garantiram-me que o arquivo do PAIGC estava à minha disposição.» Em Bissau, Aristides conta ainda com o apoio do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas).

Em Cabo Verde, o simples apoio do PAICV não parece suficiente. «Vou necessitar de algum apoio logístico», para o que se dispõe a apresentar o projecto ao actual Governo.

Aristides Pereira vai tentar recolher depoimentos de pessoas que acompanharam, de perto, a luta de libertação. É o caso, entre outros, do historiador britânico Basil Davidson, do sociólogo francês Gerard Chaliand e do professor Zartman, um norte-americano que lecciona na Universidade de Hopkins.

A Unesco poderá vir a ser um eventual financiador do projecto. No entanto, Aristides Pereira confessa que «conto com mais alguns mecenas». Os contactos nesse sentido ainda são embrionários e poderão abranger quer a Fundação Gulbenkian, quer a Fundação Oriente.

O coordenador do projecto estima que vai precisar de dois anos para o concluir. A meta é editar o trabalho «no princípio de 1996». No ar, fica uma dupla promessa: a de ser «ri-goroso» e a de «não esconder nada».

J.P.C.

«Sim à autonomia não à independência»

EXPRESSO, 20 11.93

EXPRESSO — Qual o balanço que faz de 18 anos de independência?

ARISTIDES PEREIRA — Hoje em dia, é minha firme convicção que a aspiração do povo de Cabo Verde não era a independência, mas a autonomia.

EXP. — Está a pôr em causa a independência do país de que foi Presidente?

A.P. — Hoje, ponho em dúvida que ela tenha sido a melhor solução. O povo de Cabo Verde desejaria ser uma região autónoma...

EXP. — ...semelhante às regiões autónomas da Madeira e dos Açores?

A.P. — Talvez. Sinto que, se tivéssemos negociado com o general Spínola o que então se chamava a adjacência, o povo ficaria feliz. Hoje em dia, a independência é considerada por muita gente do meu país como uma coisa de certa forma prejudicial.

EXP. — A independência foi, então, um erro?

A.P. — Houve uma falha nos nossos conhecimentos sobre a história e sobretudo sobre o homem de Cabo Verde, sobre a sua identidade e as suas aspirações.

EXP. — Afinal, quem é que tinha razão?

A.P. — Talvez a geração anterior à minha — os jovens dos anos 20 e 30, que reclamavam a adjacência. A figura mais eminente do grupo foi Adriano Duarte Silva — que aliás foi meu professor no Liceu de São Vicente. Foi deputado à Assembleia Nacional e um grande intelectual, que merece todo o meu respeito.

EXP. — Durante a luta de libertação, o PAIGC nunca chegou a equacionar a hipótese de reclamar a autonomia, em vez da independência?

A.P. — Não. Nos anos 50 e 60, a dinâmica em toda a África era a favor da independência. Nós participámos nessa dinâmica. Achávamos que a reivindicação de uma autonomia estava ultrapassada. Além disso, sofremos o

que se poderá designar de uma reafirmação dos espíritos.

EXP. — Esta opinião não constitui uma contradição com todo o seu passado?

A.P. — É importante notar que eu bati-me contra um sistema — que considerava (e continuo a considerar) injusto e opressor. Não lutei contra Portugal e muito menos contra o povo português. E lutei pelo bem-estar do povo de Cabo Verde. Eu não estou a renegar o meu passado, nem as ideias pelas quais me bati.

EXP. — Durante a guerra na Guiné, o governador

António de Spínola dispôs-se a convidar Amílcar Cabral para o seu Governo, como secretário-geral. Acha que o PAIGC deveria ter aceite?

A.P. — É um assunto sobre o qual nunca chegámos a reflectir a sério. Na altura, não acredito que o Amílcar Cabral aceitasse. A dinâmica e o contexto eram outros.

EXP. — Depois do 25 de Abril, o general Spínola defendeu um estatuto de autonomia para Cabo Verde.

A.P. — Estou, de certa forma, a dar razão ao Spínola. Alguma vez ele haveria de ter razão...

EXP. — Esta

opinião está muito difundida em Cabo Verde?

A.P. — É uma opinião pessoal, que não engaja mais ninguém. É uma reflexão minha, que nunca exprimi publicamente.

EXP. — Que, vinda de quem vem, promete grande celeuma.

A.P. — Não sei. É o meu ponto de vista, depois de ter pensado muito a sério, e muito a frio, sobre todos estes anos e depois de ver a situação em que está o mundo.

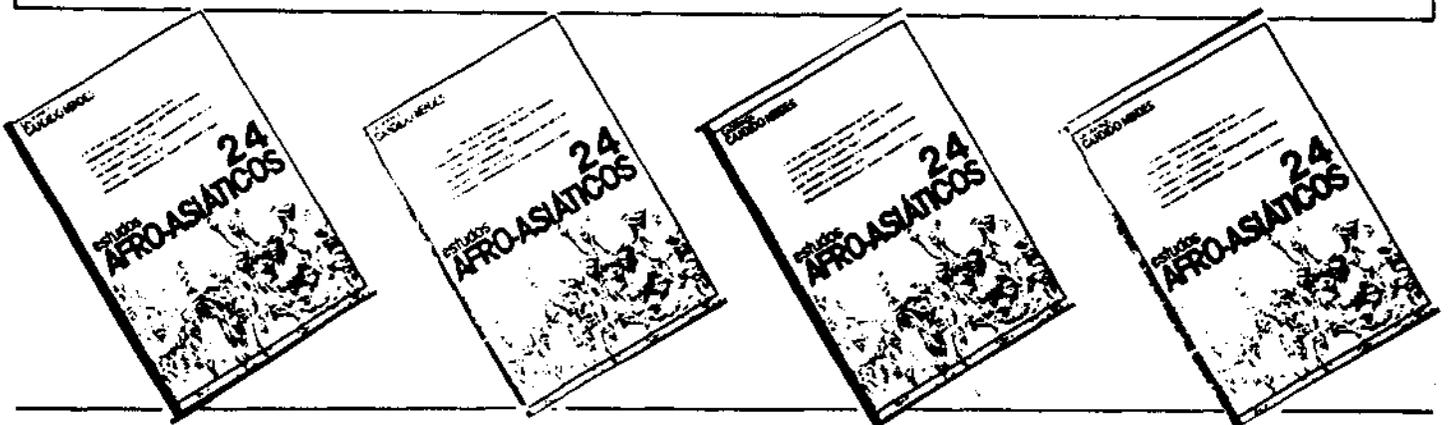
EXP. — Acha que a História pode andar para trás?

A.P. — Não sei. É preciso dar tempo ao tempo, ver como as coisas evoluem. Dezoito ou vinte anos na vida de um povo é muito pouco tempo.

J.P.C.



A mãe de Amílcar Cabral durante as festas da independência, a que esteve presente Álvaro Cunhal



Aristides Pereira em conversa polémica

PÚBLICO, 21.11.93

Entre a autonomia e a independência

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia*

As agências noticiosas Reuter e France Presse levaram ontem a todo o mundo afirmações de Aristides Pereira publicadas na primeira página e na revista do semanário lisboeta "Expresso": a aspiração do povo de Cabo Verde, em 1975, não seria a independência mas sim a autonomia. O arquipélago teria preferido ficar como uma região autónoma de Portugal.

Horas depois, o antigo Presidente da República sentia-se na necessidade de esclarecer ao correspondente do PÚBLICO em Santiago, aonde entretanto regressara, depois de uma longa estada na Europa, que nunca dera qualquer entrevista formal, com perguntas e respostas, a José Pedro Castanheira. Apenas com ele conversara informalmente sobre a questão da "autonomia", mas que o jornalista do "Expresso" teria entendido mal a sua resposta.

Perante o aparente desmentido do antigo secretário-geral do PAIGC e do PAICV, ouvimos o autor do trabalho que tanta repercussão internacional teve, havendo-nos ele dito que de facto não gravou as duas horas de conversa que na semana passada manteve em Torres Vedras com Aristides Pereira, mas que a mesma foi testemunhada pelo repórter fotográfico Luís Carvalho.

Tendo-se ambos os jornalistas surpreendido com "o carácter altamente polémico das declarações" do antigo Presidente, José Pedro Castanheira declarou-nos ter-se sentido na necessidade de as reconfirmar, pelo que depois lhe telefonou, já para a Cidade da Praia, telefonema de 10 minutos que foi gravado. E no qual Aristides não teria recuado perante a advertência de que a sua atitude iria decerto causar grande celeuma.

Os fundos da CEE

Agora, porém, depois da reportagem haver sido citada por emissoras de diversos quadrantes, incluindo a BBC, o político procurou minimizá-

-la e contou ao correspondente do PÚBLICO como é que em Torres Vedras falara da questão da adjacência, que nos anos 20 e 30 deste século chegou a constituir uma "forte corrente" política em Cabo Verde, tendo como principal mentor o médico e intelectual Adriano Duarte Silva.

Aristides Pereira, que foi aluno daquele antigo deputado à Assembleia Nacional de Lisboa, observou que, "caso tal corrente tivesse sido aceite pelo Governo português, o que quase esteve para acontecer, a luta pela independência seria muito mais difícil. Aliás, ela não foi fácil". E reconheceu ter dito ainda ao redactor do "Expresso" que, "se essa corrente tivesse sido adoptada, à semelhança do que acontece hoje com os Açores e a Madeira, com os fundos da CEE, Cabo Verde estaria actualmente muito mais desenvolvido".

Quanto ao projecto federativo do então general António de Spínola, de que também falou com Castanheira, o sucessor de Amílcar Cabral à frente do PAIGC disse ao correspondente do PÚBLICO: "Sabe-se muito bem qual foi a resposta do povo de Cabo Verde a essa proposta. Quando ele [Spínola] se deslocou ao Sal, em 1974, nem sequer pôde deslocar-se à Praia, porque o governador na altura lhe terá dito que não podia garantir a sua segurança. Esse facto fala por si, na medida em que é um dado eloquente".

Renegar uma vida

Desfazendo possíveis más impressões causadas pelo trabalho de três páginas que saiu no "Expresso", Aristides Maria Pereira comentou que se acaso se posicionasse agora contra a independência do seu pequeno país seria como que renegar tudo o que fez ao longo da maior parte da sua vida: "Se fizesse essa afirmação [de que teria sido preferível a autonomia], ou não estaria no pleno gozo das minhas faculdades mentais ou então seria um sinal de incoerência da minha parte. Portanto, isto é algo que não cola. Seria a minha autodestruição".

Em entrevista dada ontem à Rádio Nacional de Cabo Verde, que já na véspera divulgara o essencial do trabalho de José Pedro Casta-

neira, o antigo Presidente da República observou já não ser a primeira vez que colocam na sua boca afirmações que nunca teria feito.

O desmentido anulou de certo modo, no âmbito das ilhas crioulas, o efeito bombástico da afirmação que lhe fora atribuída pelo "Expresso" e que chegou aos órgãos de informação de todo o mundo, como um repensar da História recente das relações entre Portugal e a África, nas últimas décadas.

Contactado logo na sexta-feira à noite pela Rádio Nacional, o antigo primeiro-ministro Pedro Pires, que em 1990 sucedeu a Aristides Pereira como secretário-ge-

ral do PAICV, de que é actualmente presidente, mostrou-se cauteloso, afirmando que preferia ler primeiro na íntegra o trabalho jornalístico para depois se pronunciar.

Quanto a José Pedro Castanheira, recordou-nos que o antigo Chefe de Estado — derrotado por António Mascarenhas Monteiro nas presidenciais de 1991 — ainda lhe falou em Torres Vedras de alguns assuntos sobre os quais lhe pediu expressamente que não fosse citado. Mas que entre eles não se encontrava a questão da dicotomia entre autonomia e independência. ■

*com Jorge Heitor

Voto emigrante bloqueia lei eleitoral

PÚBLICO, 20.11.93

AO CONCORDAR em remeter à Comissão Nacional de Eleições a decisão de conceder ou não o voto aos emigrantes, o Presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, puseram fim, na quinta-feira passada, a três semanas de discórdia. Reacendeu-se a esperança de que Moçambique tenha ainda este mês a tão esperada lei eleitoral.

A questão fora levantada pelo presidente da Renamo no encontro anterior com Chissano, a 27 de Outubro passado. Para Dhlakama, não existem condições para a participação dos emigrantes no processo eleitoral, pelo menos desta vez, por ser demasiado tarde para se criar os mecanismos que garantam a seriedade das votações nas embaixadas, consideradas "áreas reservadas do Governo".

A Frelimo argumentou que "o direito de voto é garantido a todos os cidadãos pela Lei Fundamental" e que recusá-lo aos emigrantes "é anticonstitucional, por um lado, e, por outro, significa rejeitar a importância que sempre tiveram na vida nacional".

Perante a inflexibilidade das duas partes, voltaram as dúvidas de que o projecto de lei

ficasse pronto para aprovação pela Assembleia da República, que reúne a 29 ou 30 deste mês.

O representante de Butros-Ghali em Moçambique, Aldo Ajello, ainda tentou minimizar o problema, mas acabou por ser acusado de alinhar com a Renamo. Alguns pequenos partidos não armados avançaram sugestões conciliadoras, como a de um número limitado de centros de voto, nos países de maiores comunidades moçambicanas. De qualquer modo, na proposta apresentada pelo Governo, os emigrantes apenas elegeriam três deputados.

O problema do voto dos emigrantes não ficou resolvido no recente encontro Chissano-Dhlakama. Mas os dois líderes concordaram em que seja a Comissão Nacional de Eleições a decidir se se pode garantir a isenção do processo eleitoral nas representações diplomáticas.

A dez dias da provável abertura da Assembleia da República, o projecto de lei eleitoral parece finalmente prestes a estar concluído. A sua elaboração levou meses de reuniões delicadas e instáveis, entre o Governo, a Renamo e a oposição não armada, e houve momentos em que todo o processo de paz pareceu seriamente comprometido.

De acordo com os calendários em vigor, a campanha eleitoral deverá ter início a 1 de Setembro de 1994, para se prolongar até 14 de Outubro, véspera das eleições. Antes disso, a partir de Março, há que efectuar a instrução das brigadas de registo eleitoral, 1600 aproximadamente. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Artistas apoiam Fundação Amílcar Cabral

CERCA de 60 artistas plásticos, na sua maioria pintores, de Portugal, Cabo Verde, Angola, Moçambique e Brasil aceitaram doar obras suas para a promoção de um leilão a favor da Fundação Amílcar Cabral. A ideia do leilão, a realizar a 3 de Dezembro, partiu do director do Centro Cultural Português na Praia, conselheiro João Nuno Alçada.

Com sede na Cidade da Praia, a Fundação Amílcar Cabral, criada há oito anos, tem passado por diversas dificuldades, nomeadamente financeiras, tendo os seus responsáveis temido pela sua sobrevivência. A vice-presidente da Fundação, Ana Maria Cabral, viúva de Amílcar Cabral, revelou ao PÚBLICO que, além de ajudar a Fundação a manter-se de pé, o leilão é a primeira de uma série de actividades que assinalam, em 1994, os 70 anos do nascimento do criador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

(PAIGC), que haveria de conduzir os dois países à independência.

A iniciativa enquadra-se igualmente na comemoração dos 20 anos da Revolução dos Cravos em Portugal e da criação do Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), uma organização não governamental portuguesa que, ao longo das duas décadas da sua existência, tem participado em actividades relacionadas com a África de língua oficial portuguesa.

"Vamos organizar mais coisas", revelou entusiasmada Ana Maria Cabral. "Sobretudo no estrangeiro, há muita gente interessada em nos ajudar", acrescentou, mostrando-se um pouco magoada com o desprezo a que a figura de Amílcar Cabral tem sido votada nos últimos anos em Cabo Verde.

"Há tempos, em conversa com o presidente senegalês, Abdou Diouf, ele disse-me que nós, cabo-verdianos e guineenses, temos que ter pa-

ciência, porque Cabral é um herói de toda a África. Vários governos africanos têm vontade de ajudar, só que, infelizmente, os nossos países estão a passar por um mau momento das suas vidas, devido à crise económica".

A viúva de Amílcar Cabral acredita que a pior fase da Fundação já foi ultrapassada, uma vez que, face às mudanças políticas ocorridas em Cabo Verde nos últimos três anos, essa instituição deixou de ser um organismo ligado ao PAICV para se tornar uma organização não governamental.

"É importante para nós que as pessoas passem a aceitar a fundação. Amílcar Cabral não pertence a nenhum partido político e tudo o que puder ser feito para preservar a sua memória deve ser visto com naturalidade", sublinhou.

João Nuno Alçada contou ao PÚBLICO como surgiu a ideia do leilão: "Em conversa com Ana Maria fiquei a saber

das dificuldades que a Fundação Amílcar Cabral vinha passando. Mais tarde, aproveitando a estada em Cabo Verde de Helena Lapas, que aqui se deslocara para expor vários trabalhos de tapeçaria, decidimos sondar vários artistas para ver se aceitariam participar em algo a favor da Fundação."

Neste momento, entre cabo-verdianos, portugueses, angolanos e brasileiros, o número de artistas participantes no leilão (a realizar no Centro Cultural Português, na Cidade da Praia) já ultrapassou os sessenta. Os portugueses Graça Morais, Helena Lapas, Júlio Resende, os cabo-verdianos Manuel Figueira, Tchale Figueira, Bela Duarte e Luísa Queirós; os moçambicanos Bertina Lopes, Malangatana e Roberto Chichorro; António Ole, de Angola; Glauco Rodrigues, do Brasil, são alguns dos nomes presentes. ■

José Vicente Lopes

África do Sul enterra o 'apartheid'

EXPRESSO, 29 11 93

UM HOMEM, um voto, garantias às minorias e ampla autonomia às províncias são as traves-mestras da nova Lei fundamental da África do Sul, aprovada esta semana após meses de discussões entre o Presidente Frederick de Klerk, o líder do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, e outros 19 dirigentes políticos sul-africanos.

De fora ficou a Aliança Democrática, uma coligação heteroclita que inclui vários partidos da extrema-direita branca, o movimento zulu

Inkhata e os dirigentes do Bophustatswana e do Ciskei, dois dos quatro bantustões independentes condenados a desaparecer.

O projecto de Constituição que o Parlamento da Cidade do Cabo deve debater nas próximas semanas é um texto transitório, destinado a fixar o quadro jurídico para a eleição, a 27 de Abril de 1994, de uma Assembleia Constituinte que por sua vez elegerá o primeiro «Presidente de todos os sul-africanos».

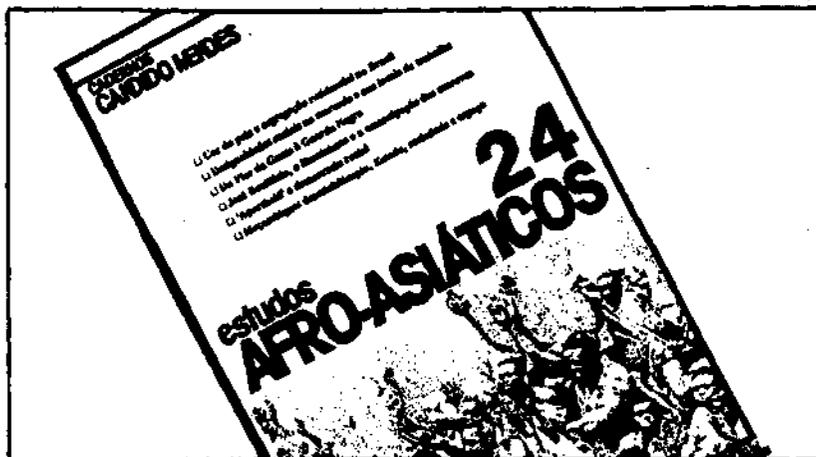
Todos os partidos que conseguirem mais de 20 mandatos (em 400) participarão no Go-

verno de Unidade Nacional e as formações com mais de 80 deputados designarão um vice-presidente. Por outro lado, as oito províncias que substituirão os actuais Estados serão dotadas de ampla autonomia legislativa e administrativa em matéria de Educação, Saúde, Infra-estruturas e polícia, além de elegerem os 90 membros do Senado.

Inkhata e «afrikanners» fiéis ao «apartheid» queriam mais e ameaçam continuar a guerra, que já fez 13 mil mortos nos últimos três anos.

FAÇA JÁ
SUÁ ASSINATURA

LIGUE 531-2000
RAMAL 259



FAÇA JÁ
SUÁ ASSINATURA

LIGUE 531-2000
RAMAL 259

De Klerk e Mandela aprovam projecto de Constituição para cinco anos

Mão firme contra extremos

Fernando Sousa

O Presidente sul-africano avisou ontem todos os extremistas apostados no boicote do processo de democratização do país de que o seu Governo não tolerará quaisquer actos violentos contra o projecto de Constituição provisória adoptado na madrugada anterior.

"Não permitiremos a ninguém o recurso a meios ilegais para pôr em causa o processo democrático legítimo", disse Frederik de Klerk, no Natal, província que regista o maior número de opositores, negros e brancos, ao consenso obtido pelos negociadores.

Os chefes das 21 formações políticas comprometidas com uma saída pacífica para a gigantesca crise política sul-africana tinham aprovado, horas antes, no World Trade Center, em Kempton Park, nos arredores de Joanesburgo, o projecto constitucional que vigorará nos cinco anos posteriores a 27 de Abril próximo, a data definitiva para as primeiras eleições multirraciais da história do país. Será, de facto, a primeira vez nos últimos 300 anos em que os negros votarão em igualdade.

Mas a aprovação do projecto não terá sido muito pacífica, afirmam observadores em Joanesburgo. Apoiada num pacote político de seis pontos, apresentado conjuntamente pelo executivo e pelo ANC (Congresso Nacional Africano, de Nelson Mandela), a vigésima sétima versão do projecto foi aprovada primeiro pelos negociadores. Alguns deles nem o documento tinham consigo. Quase todas as cláusulas "passaram" com este ou aquele partido a recusar fazê-lo. Um único parágrafo mereceu a aclamação. Depois, com mais de nove horas de atraso, chegou a assinatura na cimeira de líderes.

Um Estado centralizado

O documento final terá sido conseguido às pressas, com arranjos de último minuto feitos pelos promotores, animados por uma indistinta vontade de terminar rapidamente com dois morosos anos de negociações. Uma das críticas, por exemplo, incide sobre a escolha dos representantes regional e nacional através de um único voto, decisão que o Governo e o ANC justi-

ficaram afirmando que os eleitores poderiam ficar confusos se tivessem de votar duas vezes.

Concretamente, o diploma prevê uma Assembleia Constituinte, um Governo de unidade nacional de cinco anos e a criação de nove províncias, medidas todas elas contrárias aos anseios da oposição branca e negra reunida na Aliança da Liberdade, que boicotou as negociações. Contra a exigência, da parte dos aliancistas, de um sistema federal, o ANC fez vingar um modelo administrativo centralizado, com áreas de autonomia provincial, argumentando com a necessidade da unidade multirracial do país. As leis sobre os chamados "estados independentes e autogovernados" poderão ser em breve eliminadas.

A Aliança — formada pela Frente do Povo Afrikaner (AVF, movimento que junta várias organizações de extrema-direita, do general Constand Viljoen), Partido Conservador (CP, extrema-direita parlamentar, de Ferdi Hartzenberg), o Partido da Liberdade Inkhata (zulu, de Mangosuthu Buthelezi) e do seu feudo do Kwazulu, e apoiada pelos territórios negros do Transkei e do Bophuthatswana — prometeu reagir hoje, sexta-feira, por escrito, após uma reunião do seu executivo, convocada de emergência. Mas desta não deverá sair nada de bom, a julgar por declarações já produzidas.

Buthelezi, Terre Blanche, líder do Movimento de Resistência Afrikaner (AWB, neonazi), e Constand Viljoen não esperaram para manifestar verbalmente a sua animosidade contra o desmantelamento formal do regime, que arrastará, entre outras coisas, o fim dos bantustões, os últimos pilares do "apartheid". Mas, se Viljoen não foi além da condenação do processo de negociações, que acusou de "defeituoso", considerando o resultado como "um desastre", o chefe zulu apelou à recolha de fundos públicos para garantir a sobrevivência do Kwazulu, a cujo desaparecimento promete resistir.

No mesmo sentido, Terre Blanche afirmou que a confrontação agora é inevitável. Coube a Wim van Booyse, um especialista dos "ultras" citado pela AFP, prometer uma escalada de violência semelhante à que o IRA realiza no Ulster. Dez a 15 mil brancos estariam já "mobilizados".

Analistas sul-africanos levam a sério todas estas ameaças. Segundo eles, a existência de "bases de sobrevivência" e de campos de treino, nomeadamente no Transval, é uma realidade. Unidades de "autodefesa" estão, há semanas, em formação na província do Natal, onde De Klerk, ontem, teve de se apresentar rodeado por um forte dispositivo de segurança. A polícia deteve ali recentemente nove extremistas e

apreendeu três toneladas de material de guerra.

Os especialistas entregavam-se, ontem, menos a conjecturas sobre o agravamento da violência do que a previsões sobre o virtual comportamento dos aliancistas. Alf Stadler, um politólogo da Universidade de Witwatersrand, de Joanesburgo, citado pela AFP, antevê a desintegração próxima do movimento, que assenta num "casamento de conveniência" de grupos sem coesão. ■

OS PROTAGONISTAS

Uma ascensão fulgurante

SENHOR de uma invulgar capacidade negocial, Cyril Ramaphosa, 41 anos, um antigo sindicalista muito temido pelos brancos, foi o principal arquitecto do Congresso Nacional Africano no acordo ontem concluído em Kempton Park.

Filho de um polícia do Soweto, subúrbio de Joanesburgo, Ramaphosa distinguiu-se como secretário-geral do Sindicato Nacional dos Mineiros (NUM), cujos efectivos passaram, durante a sua liderança, de seis mil para 340 mil associados. Quando, em 1987, mais de 250 mil trabalhadores pararam na África do Sul, paralisando 40 minas de ouro e de carvão, o sindicalista passou a ser olhado com muito mais cuidado por parte da minoria branca.

Preso quando dirigia o NUM a partir da clandestinidade, Cyril Ramaphosa assumiu mais tarde o cargo de secretário-geral do ANC e, nessa qualidade, protagonista dos esforços da organização de Nelson Mandela no processo de democratização da África do Sul.

De carácter apaixonado, comparado com o do seu principal opositor nas negociações Roelf Meyer, os analistas afirmam que está destinado a altos cargos no próximo executivo. ■

Um negociador tranquilo

ANTIGO afrikaner da tendência dura, a mais desprezada pelos negros, Roelf Meyer, 46 anos, advogado, um homem calmo e reflectido, foi o interlocutor de Cyril Ramaphosa nas negociações que ontem abriram novas esperanças para a África do Sul.

Oriundo de uma família de camponeses de Eastern Cape, Meyer, actual ministro do Desenvolvimento Constitucional, atraía a cólera de negros e dos brancos liberais ao emitir ordens de detenção sem processo, justificando-as como um factor de estabilidade, e tentando explicar a detenção de crianças acusadas de terrorismo.

Meyer também foi sindicalista, como Ramaphosa, só que era mais novo, estudante e a estrutura em que militava era afrikaner. Mais tarde foi deputado do Partido Nacional, partido que o levou a outros cargos governamentais. Os especialistas nas questões sul-africanas adivinham-lhe uma boa carreira no próximo executivo de transição, onde voltará a encontrar-se com Ramaphosa, mas agora numa situação bem diferente; como amigo e colega de Governo, duas coisas que os extremistas não perdoam aos dois. ■

A última sessão do velho Parlamento

Jorge Heitor

O Parlamento que sempre fechou a porta à maioria negra da população sul-africana entra na sua última sessão, que lhe vai servir para enterrar de vez um regime que foi dos mais criticados do século XX. O próximo, sob a designação de Assembleia Constituinte, será eleito em Abril.

As três câmaras do Parlamento sul-africano, a branca, a mestiça e a indiana, iniciam hoje a sua última sessão legislativa, que deve em princípio demorar três semanas e significar o fim de um regime que não permite aos negros o acesso ao poder legislativo nem à direcção do país.

Nestas semanas históricas, os 178 deputados brancos, os 85 mestiços e os 45 indianos vão, na sua maioria, segundo se prevê, aprovar a legislação segundo a qual a África do Sul será dotada de uma Constituição interina e terá eleições livres, para todos os cidadãos, no dia 27 de Abril do próximo ano.

Os deputados conservam em teoria o seu mandato até à eleição da Assembleia Constituinte, mas na prática o Parlamento actual deixa de existir em meados de Dezembro, sendo o seu papel em certa medida assegurado pelo Conselho Executivo Transitório (CET), que acompanhará os últimos meses de actividade do Governo de Frederik de Klerk.

O fim desta sessão legislativa vai ser também o fim do monopólio do poder pelo Partido Nacional, que ganhou as eleições só para brancos de 1948 e todas as seguintes, mas que possivelmente não conseguirá agora muito mais de 13 por cento do voto nacional. E vai ser um primeiro passo para a existência de um poder legislativo em que os negros sejam majoritários, como na realidade sucede com a composição do tecido social do vasto país (superfície equiparável à de Angola e o quádruplo da população).

A vitória do ANC

A 45 anos de governação do Partido Nacional, quatro dos quais sob a batuta de Frederik Willem de Klerk, deverá seguir-se agora um período indetermi-

nável de preponderância política do Congresso Nacional Africano (ANC), criado em 1912 para conseguir o fim do racismo.

As sondagens à opinião pública indicam que o ANC, sob a liderança de Nelson Mandela, poderá conseguir de 58 a 60 por cento dos votos nas eleições de Abril para a Constituinte. E alguns observadores vêem em semelhante vantagem o perigo de uma tentação hegemónica, se bem que a Constituição interina a aprovar durante as próximas semanas preveja a representação no governo de todos os partidos que consigam pelo menos cinco por cento dos votos.

Mandela será quase decerto o próximo Presidente da República, daqui a seis meses, e o Partido Nacional, se ficar em segundo lugar nas eleições de Abril, terá direito a um vice-presidente, que tanto poderá ser De Klerk como algum dos seus correlegionários. Ficando o outro vice-presidente para o ANC, que poderia eventualmente designar para o cargo Cyril Ramaphosa.

No Governo de Unidade Nacional, em princípio válido para um período de cinco anos, deverão ainda ter lugar — para além dos dois grupos principais — figuras da aliança conservadora que tanto congrega extremistas brancos como os zulus de Mangosuthu Buthelezi. Mas é difícil acreditar num funcionamento adequado e sem sobressaltos de um conjunto tão heteróclito; pelo que o futuro próximo da África do Sul apresenta ainda uma grande incógnita.

Quanto ao poder legislativo a formar após as eleições, será formado por uma Assembleia de 400 deputados e por um Senado que terá 10 representantes de cada uma das nove províncias em que o país será dividido, incluindo a do Natal/Kwazulu para a qual Buthelezi pretende uma vasta autonomia.

Significativo da vasta complexidade do tecido social sul-africano é o facto de estar em aberto a possibilidade de se reconhecerem oficialmente 11 ou mais línguas, desde o inglês e o africãans ao tamíl, passando pelo zuhu e o xhosa. Pois que, se mais de 70 por cento dos habitantes são negros, há também a contar com uns 16 por cento de origem europeia, com cerca de 10 por cento de mestiços e com três por cento de proveniência asiática.

Winnie em apuros

Enquanto assim es entra

numa fase decisiva da viragem da África do Sul para algo bem diferente do que era ainda aqui há cinco ou seis anos, Winnie Mandela, a mulher de quem o líder do ANC teve de se separar, esteve durante o fim de semana em mais uma grande controvérsia.

A polícia disse que o tiroteio em que o seu condutor e guarda-costas foi abatido a tiro não teve conotações políticas, mas o Congresso Nacional Africano quer o assunto devidamente investigado, para se verificar se não houve tentativa de assassinio da polémica criatura.

Dezoito tiros foram disparados no conflito verificado numa rua do centro de Joanesburgo, durante uma festa de sábado à noite. E a polícia declarou tratar-se de uma discussão entre o motorista de Winnie e dois peões negros que estavam a impedir a passagem do carro.

No incidente morreram o condutor e um dos transeuntes, tendo o outro sido detido, sem que se tivessem apurado motivos políticos para a briga. Mas

essa não é a opinião definitiva do ANC, que evoca para a sua desconfiança as ameaças de morte de que Winnie tem sido alvo.

O vice-presidente do movimento, o velho Walter Sisulu, rejeitou a ideia de que por trás do acontecido não houvesse motivos políticos. Mas já o próprio Nelson Mandela, que anda em campanha na província do Natal, comentou que se tratava de "puro crime", sem querer entrar em especulações.

Winnie foi em tempos uma das mais destacadas activistas da luta contra o apartheid, mas nos últimos anos tomou algumas atitudes de prepotência e de radicalismo que levaram antigas camaradas a afastar-se dela. E que originaram inclusive a separação, que o marido aceitou com grande pesar.

Apesar dos maus bocados que tem passado, continua a ser notícia e ainda há pouco foi eleita para a direcção do ANC na região de Joanesburgo, tendo praticamente assegurado um lugar nas listas de candidatos para as eleições de Abril. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask exchange.

IMPRESSO